

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO - SEP  
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES - IJSN

**NOTA  
TÉCNICA** | **04**

**ÍNDICE DE  
DESENVOLVIMENTO  
SOCIOECONÔMICO –  
IDSE / FGV**

Ana Paula Vitali Janes Vescovi  
Economista,  
Diretora-presidente do Instituto Jones dos Santos Neves

Magnus William de Castro  
Economista,  
Coordenador da Rede de Estudos da Pobreza e  
Inclusão Social do Espírito Santo

Vitória | 2009

# Sumário

Apresentação .....	3
1. O que é o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico dos Estados – IDSE? .....	4
2. Aspectos metodológicos do IDSE .....	6
3. Resultados do IDSE para o Espírito Santo (IDSE-ES) entre 2001 e 2007 .....	7
4. Conclusões Preliminares .....	16

# Apresentação

A FGV-Projetos divulgou no mês de abril, em caráter preliminar, resultados do Índice de desenvolvimento socioeconômico – IDSE - para os estados brasileiros e o Distrito Federal. O estudo foi coordenado pelo Professor Fernando Blumenschein e ainda se encontra em fase de conclusão.

Algumas observações são possíveis, a partir dos resultados preliminares. O objetivo desta Nota é apresentar uma breve revisão dos conceitos do estudo e dos dados produzidos para o estado do Espírito Santo, gentilmente cedidos pela Fundação Getúlio Vargas.

## 1. O que é o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico dos Estados – IDSE?

Observar o desempenho econômico das sociedades tem sido a forma mais objetiva de inferir o resultado do seu desenvolvimento. Com esse propósito, o Produto Interno Bruto per capita foi largamente adotado como forma de inferir tal evolução e compará-la com outras nações e regiões com características diferentes.

Mas o crescimento econômico, em diversas fases da história contemporânea, ocorreu simultaneamente à concentração da renda. Quanto mais eficientes os sistemas produtivos, mais acelerado o processo de crescimento das nações. Contudo, ganhos de eficiência nada garantem sobre a melhoria da distribuição de renda. Ou seja, regiões podem crescer ao mesmo passo em que pioram a qualidade de vida de boa parcela da sua população.

Comparações internacionais usualmente comprovam uma correlação negativa entre indicadores de equidade - como o índice de Gini - e o crescimento da renda per capita, ou seja, quanto mais acelerado o crescimento das economias nacionais, maior concentração de renda ocorre. Contudo, cada vez mais se torna consenso entre economistas das mais variadas correntes e de organismos multilaterais (ONU, FMI, Banco Mundial) a dependência existente entre o desenvolvimento socioeconômico amplo e equitativo e o crescimento econômico sustentável. Ademais, fatores humanos são, em grande medida, resultantes de condições mais amplas de qualidade de vida nas sociedades.

Parece estar posto, portanto, o grande desafio das sociedades contemporâneas: desenvolver instituições capazes de apropriar os ganhos advindos do crescimento econômico em qualidade de vida para o maior conjunto possível de cidadãos.

Além da complexidade do problema de estabelecer correlações entre diferentes fatores de desenvolvimento e equidade, (crescimento, desigualdade, pobreza), alguns dos seus determinantes mais básicos (como educação, segurança pública e saneamento básico) são bens públicos, e sua carência não é solucionada simplesmente pelo aumento da renda das famílias.

Em vista disto, alguns governos e instituições internacionais têm procurado observar de forma mais ampla e direta o desenvolvimento socioeconômico – e não somente a partir de alguns correlatos próximos, como o fazem o PIB e o IDH. Isto pode ser feito por meio de análises qualitativas aprofundadas, mas de difícil generalização e comparação, ou por meio de um tratamento mais quantitativo de um Indicador de desenvolvimento em seu caráter mais amplo.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (UNDP) tinha como propósito produzir uma medida mais ampla do que o PIB per capita para inferir o grau de desenvolvimento humano de países e regiões. Tem a vantagem de ser fácil de estimar para a maioria dos países, o que permitiu comparações entre sociedades com diferentes práticas estatísticas e características idiossincráticas. Contudo, a mesma generalidade que torna o IDH calculável em escopo internacional, faz com que seja inespecífico no que se refere a orientação sobre políticas de desenvolvimento para um país.

Tendo em vista o precedente internacional, a disponibilidade de variáveis ao nível sub-nacional no Brasil e a carência de indicadores quantitativos de desenvolvimento, a FGV criou o Indicador de Desenvolvimento dos Estados Brasileiros.

O Indicador de Desenvolvimento Socioeconômico dos Estados – IDSE - tem, dessa maneira, a importante diferença de utilizar não somente o entendimento conceitual do problema, mas a riqueza da informação que pode ser extraída dos dados da PNAD e a RAIS, por exemplo. Promove, assim, uma metodologia robusta de avaliação a partir de um grande conjunto de dados.

Assim sendo, o IDSE permite: (I) avaliar de maneira abrangente e estatisticamente consistente o desenvolvimento socioeconômico dos estados brasileiros; (II) avaliar o progresso recente realizado pelos mesmos; (III) criar um indicador tal que os formuladores de políticas públicas possam utilizar para balizar e/ou orientar seus esforços.

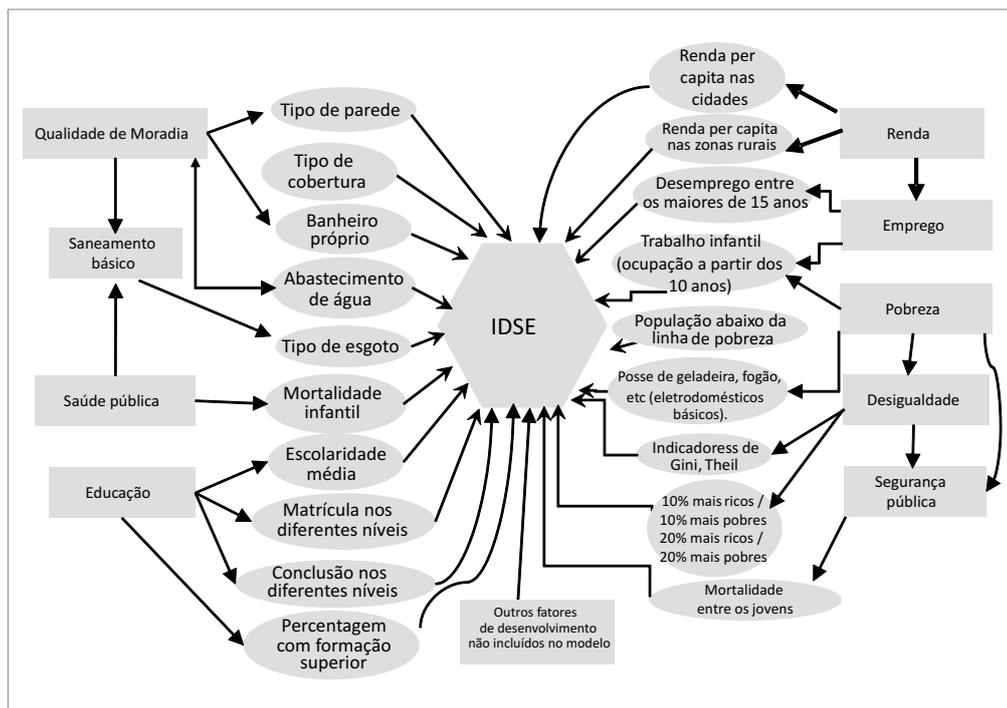
O Indicador foi calculado para o período 2001 a 2007 e situa-se na escala entre 0 (mínimo) e 100 (máximo). Segundo a classificação proposta, estados situados entre 0 e 40 são considerados de baixo desenvolvimento socioeconômico; entre 41 e 80, de médio desenvolvimento; e acima de 80, alto desenvolvimento.

## 2. Aspectos metodológicos do IDSE

O Quadro 1, desenvolvido pela FGV Projetos, se propõe a sintetizar o conjunto de informações, as quais convergem para o cálculo do IDSE. As setas podem ser interpretadas como “mensurado por”. O Indicador é uma medida de todos os fatores incorporados, e pode ser considerado uma boa medida de outros fatores não incluídos.

O Indicador principal é constituído a partir de seis blocos de sub-indicadores relacionados com: (I) educação; (II) saneamento básico; (III) qualidade de moradias; (IV) emprego e renda; (V) pobreza e desigualdade; (VI) saúde e segurança.

**Figura 1 - Indicadores de Desenvolvimento Socioeconômico dos Estados Brasileiros**



Fonte: Fundação Getúlio Vargas

A técnica estatística central do estudo é a análise de componentes principais (principal component analysis, ou PCA). Esta técnica tem sido utilizada em uma grande variedade de cenários, desde problemas de engenharia até estudos de ciências sociais.

Entre a variedade de usos para a técnica de PCA, esta é provavelmente a analogia mais clara sobre a interpretação econométrica do método de componentes principais: o indicador pode ser entendido como um fator explicativo latente que identifique o grau de desenvolvimento de uma sociedade a partir de uma variedade de resultados do desenvolvimento socioeconômico que possam ser diretamente observados.

O indicador é construído de modo a maximizar a capacidade de prever as variáveis utilizadas, o que, por construção, é uma boa medida para os efeitos não observáveis diretamente no modelo. A técnica utilizada permite medir cada um destes fatores por um subconjunto amplo de variáveis. Além disso, as propriedades estatísticas da análise de componentes principais permitem interpretar o índice final como uma boa aproximação de outras variáveis de desenvolvimento, que podem não estar disponíveis estatisticamente ou mesmo ser impossíveis de mensurar.

### 3. Resultados do IDSE para o Espírito Santo (IDSE-ES) entre 2001 e 2007

No período em análise, o Espírito Santo passou de um IDSE de 61 pontos em 2001 e alcançou 87,20 pontos em 2007. Transpôs, portanto, o grupo de estados de médio para o grupo de alto desenvolvimento socioeconômico, o que ocorreu a partir do ano de 2004. Se, em 2001, o IDSE-ES correspondia a 78% do IDSE-Sudeste e 81% do IDSE-Sul, em 2007 esse percentual atingiu 93% do IDSE-Sudeste e 95% do IDSE-Sul (Tabela 1).

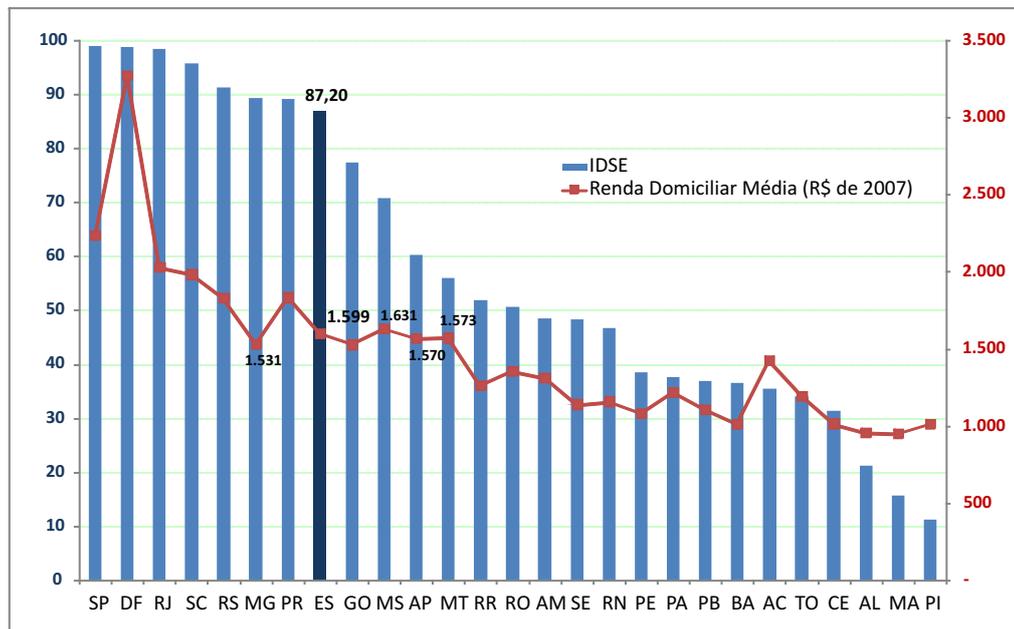
**Tabela 1 - IDSE por regiões de alto desenvolvimento.**

	Espírito Santo	Sudeste	Sul	ES / Sudeste	ES / Sul
2001	61,00	78,48	75,38	0,78	0,81
2002	73,48	83,30	80,60	0,88	0,91
2003	76,95	85,44	83,88	0,90	0,92
2004	80,90	87,64	85,31	0,92	0,95
2005	81,91	89,04	88,49	0,92	0,93
2006	82,59	91,39	90,03	0,90	0,92
2007	87,20	93,59	92,17	0,93	0,95

Fonte: Fundação Getúlio Vargas  
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves

Em 2007, o Estado alcançou a 8ª posição no ranking nacional do indicador (Gráfico 1). Assim, sustentando-se o padrão médio do desempenho observado entre 2003 e 2007, seriam necessários 15 anos para o Espírito Santo alcançar o IDSE - Sudeste e 12 anos para alcançar o IDSE- Sul (Tabela 1). Isso somente é possível em virtude do fato do crescimento médio anual do IDSE-ES ser superior ao do Sudeste e ao do Sul.

**Gráfico 1 - Comparação estadual do IDSE e da Renda Domiciliar Média**

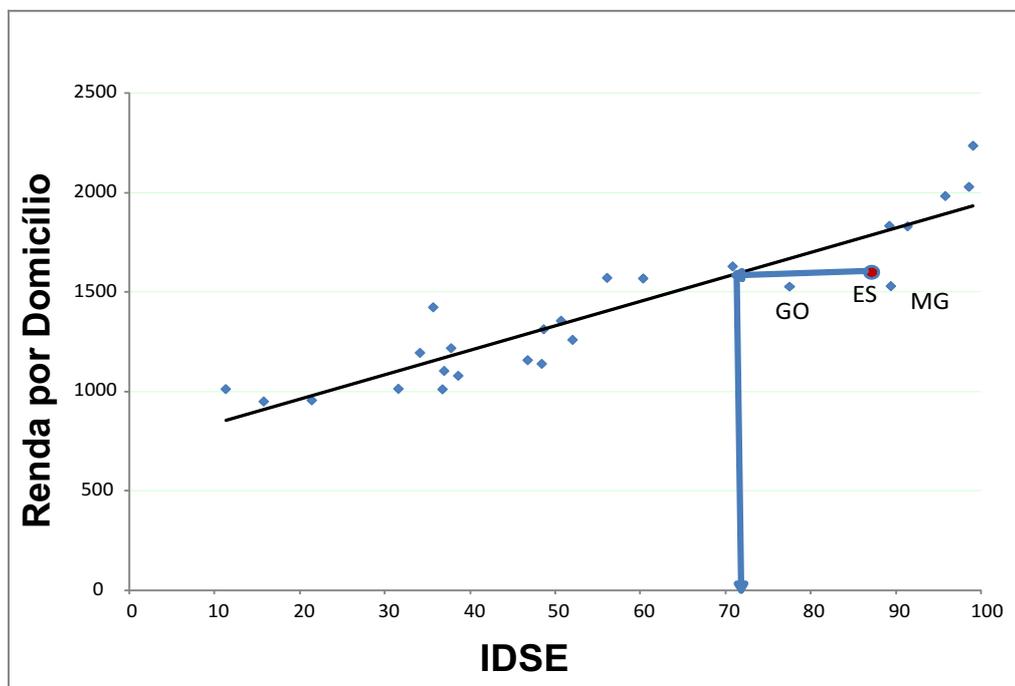


Fonte: Fundação Getúlio Vargas

Mais importante a observar, contudo, é a relação entre o desenvolvimento socioeconômico mensurado e a renda domiciliar média da totalidade dos estados. Considerando-se a correlação média entre ambas as variáveis resultante do painel dos 27 estados e Distrito Federal, a renda domiciliar média do ES seria compatível com IDSE de médio desenvolvimento, pouco acima dos 70 pontos (Gráfico 2).

Analogamente, todos os estados considerados no grupo de alto desenvolvimento possuem renda domiciliar média acima de R\$ 1.750,00. As exceções são Espírito Santo e Minas Gerais. Isso sugere um diferencial no modelo de desenvolvimento desses estados capaz de aferir resultados socioeconômicos relativamente melhores àqueles compatíveis com a sua renda domiciliar média, segundo os padrões nacionais (Gráfico 1 e 2).

**Gráfico 2 - Correlação linear entre IDSE e Renda Domiciliar média - painel de estados brasileiros<sup>1</sup>**



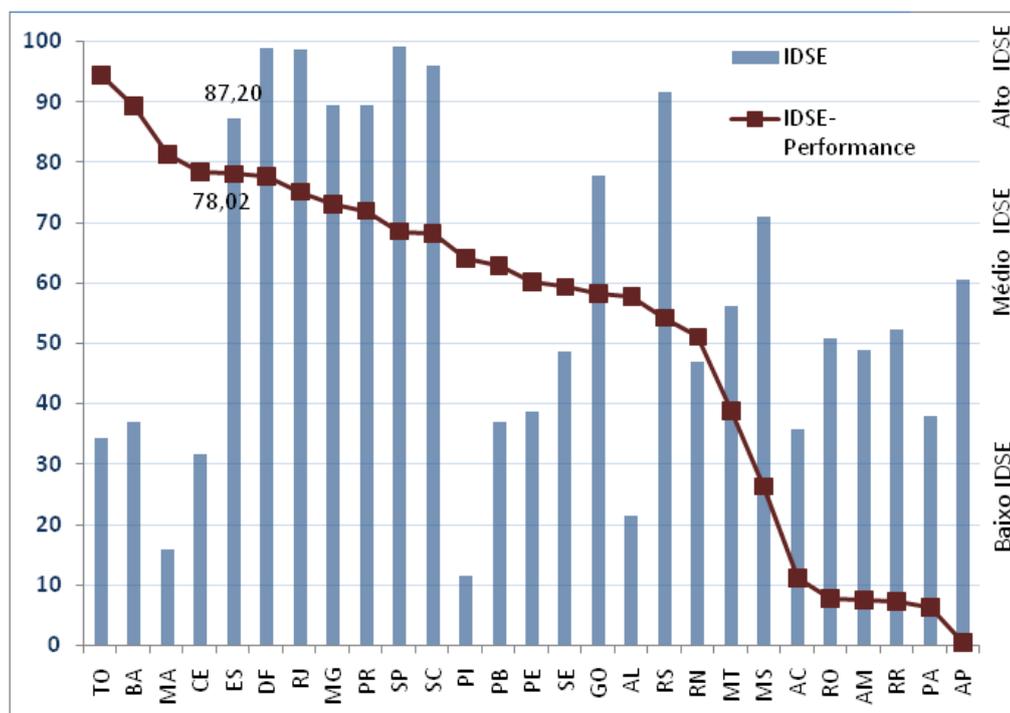
Fonte: Fundação Getúlio Vargas  
 Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves

Entre 2001 e 2007 o IDSE-ES cresceu 43%, compatível com a média de 6,1% ao ano, ante 3% a.a. em média no Sudeste e 3,4% a.a. em média no Sul. Em conformidade com a metodologia proposta pelo Indicador, o Estado assim conquistou a quinta posição no ranking nacional de performance, no período considerado. Ou seja, foi o quinto estado que mais melhorou em termos de desenvolvimento. Um ponto a ressaltar, contudo, refere-se à característica predominante nos quatro estados que o antecederam no indicador de performance.

Todos os quatro primeiros colocados em performance situam-se no grupo de baixo desenvolvimento humano, ou seja, possuíam um largo espaço para melhorar sua performance ao longo do tempo. O Espírito Santo conquistou, assim, o primeiro lugar em performance no grupo dos estados de alto desenvolvimento.

<sup>1</sup> O Distrito Federal foi excluído da amostra por ser um *outlier*, ou seja, apresentar situação atípica de concentrar grande parte da estrutura da administração pública federal em seu território, o que pode viesar a condição padrão.

**Gráfico 3 - Comparação entre o IDSE e o Indicador de performance do IDSE**



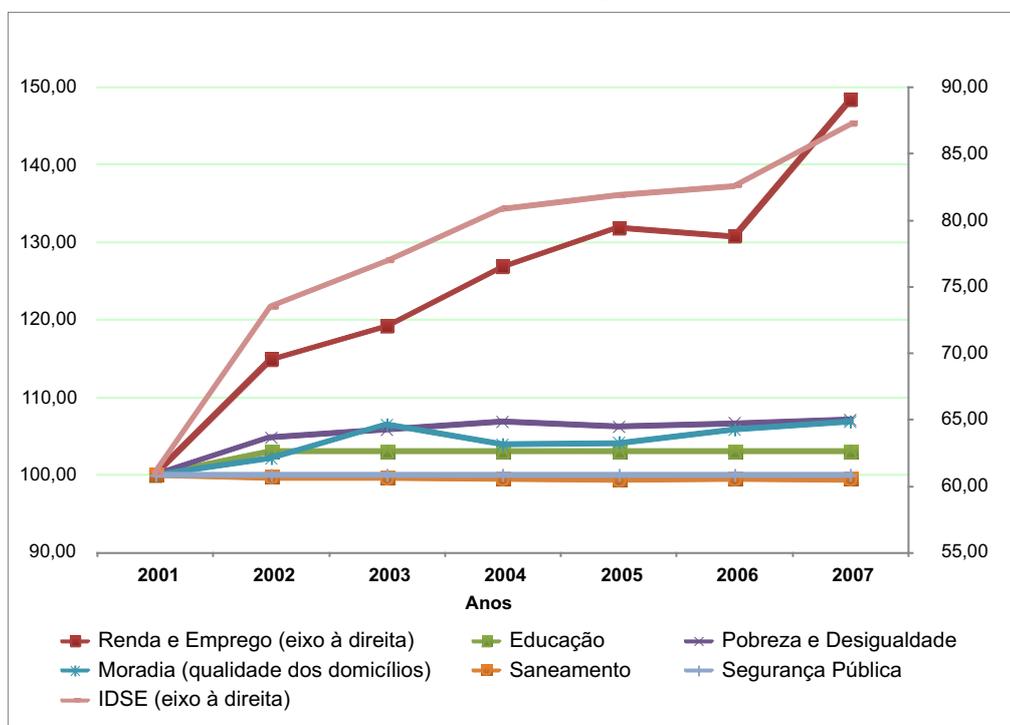
Fonte: Fundação Getúlio Vargas

Observando-se o desempenho dos seis sub-componentes principais do IDSE, o crescimento da renda e do emprego é o que predominantemente explicou a melhor performance do desenvolvimento do Estado no período (Gráfico 4). Este segmento, em particular, percebeu crescimento de 50% entre 2001 e 2007, ante contração ou expansão mais modesta, entre -1% e +10% dos demais 5 sub-componentes (Gráfico 4).

A melhora mais intensa do indicador de geração de emprego e renda repercutiu sobre redução da pobreza e da desigualdade e também sobre a qualidade das moradias.

Permaneceram estáveis as condições de educação e segurança pública. No caso do saneamento, observou-se queda de -1% no indicador, o que contrasta com o aumento do percentual de domicílios ligados à rede de esgoto (gráfico 10). Uma hipótese possível, neste caso, é o crescimento mais acelerado do número de habitações precárias.

**Gráfico 4 - Comparação entre o IDSE e o sub-Indicadores (renda e emprego, educação, pobreza e desigualdade, moradia, saneamento, e segurança pública)**

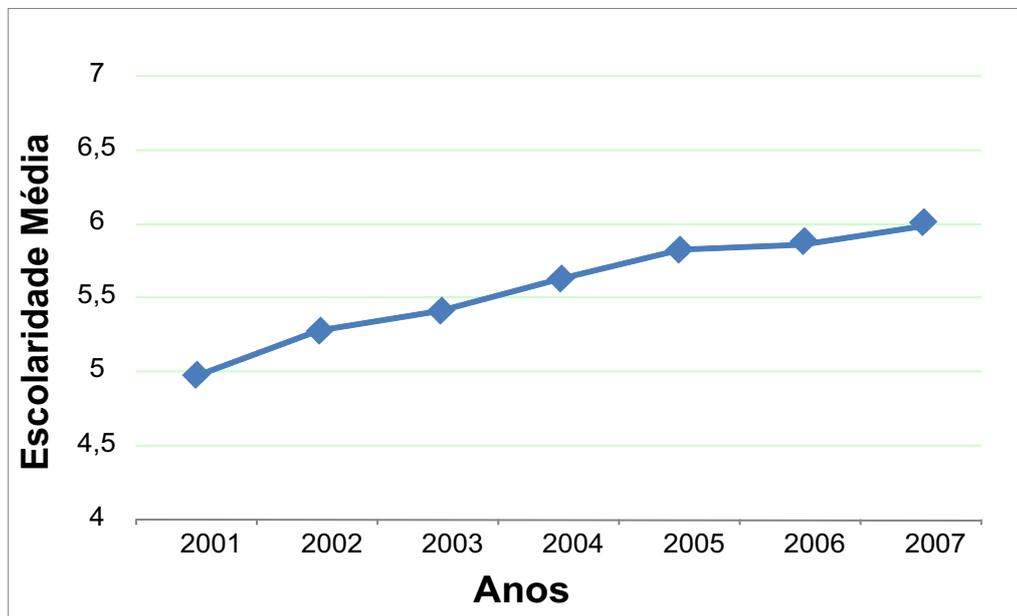


Fonte: Fundação Getúlio Vargas

É possível, portanto, inferir o grau de importância do crescimento econômico no alcance do nível de alto desenvolvimento socioeconômico no período. Ou seja, o indicador para operação de emprego e renda revela o caráter fortemente pró-cíclico do desenvolvimento. A partir dos dados preliminares repassados pela FGV-Projetos, não foi possível construir um painel estadual dos sub-componentes do IDSE, o que permitiria a comparação.

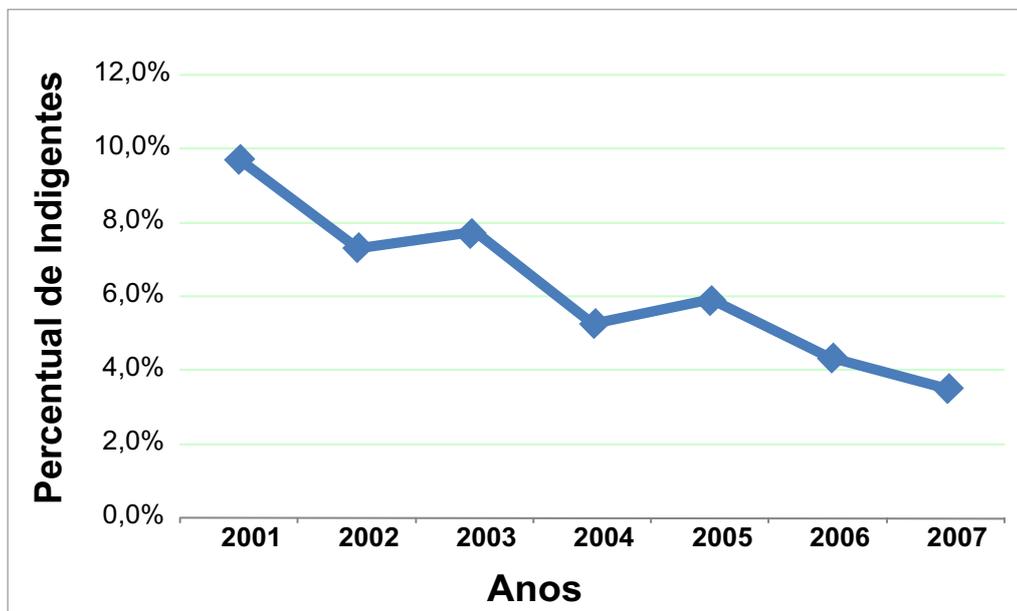
Na seqüência, são apresentadas as principais variáveis que compuseram o IDSE-estadual e suas respectivas trajetórias ao longo do período considerado (gráficos 5 a 12).

**Gráfico 5 - Escolaridade média no ES**



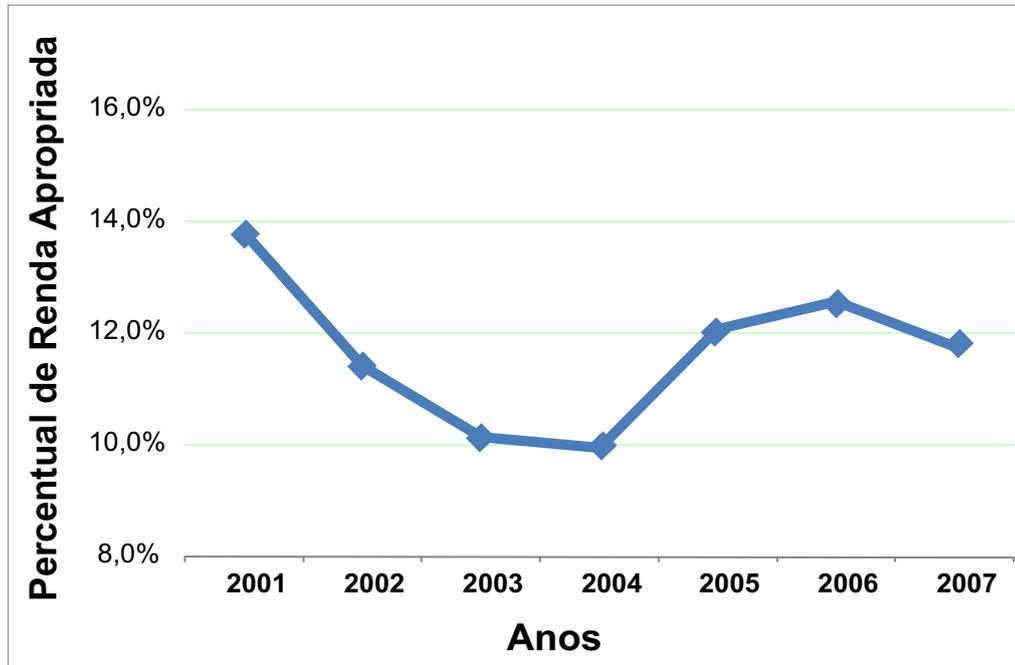
Fonte: Fundação Getúlio Vargas

**Gráfico 6 - Percentual da população abaixo da linha de indigência**



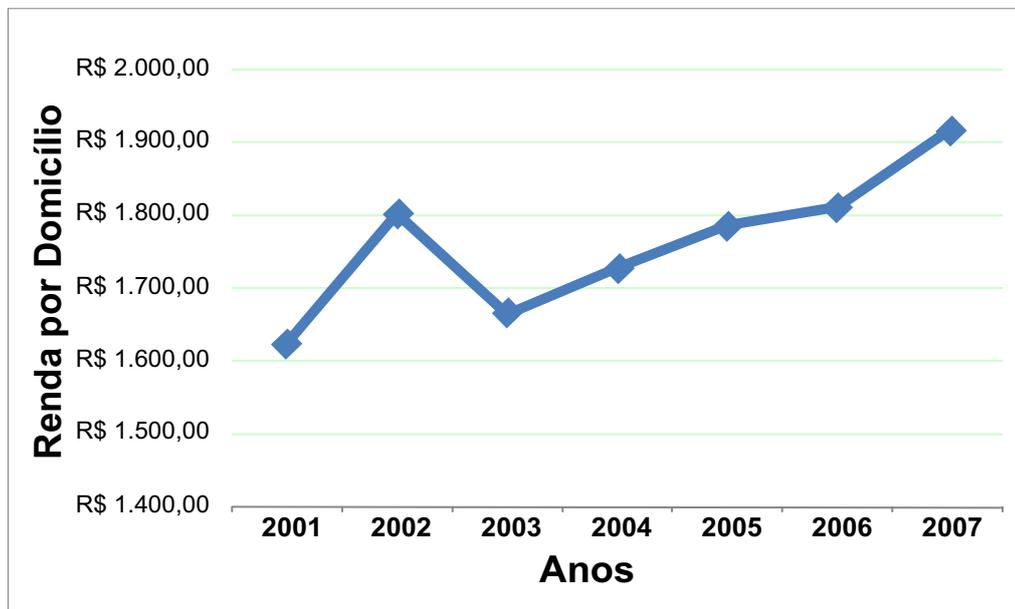
Fonte: Fundação Getúlio Vargas

**Gráfico 7 - Renda apropriada pelos 1% mais ricos**



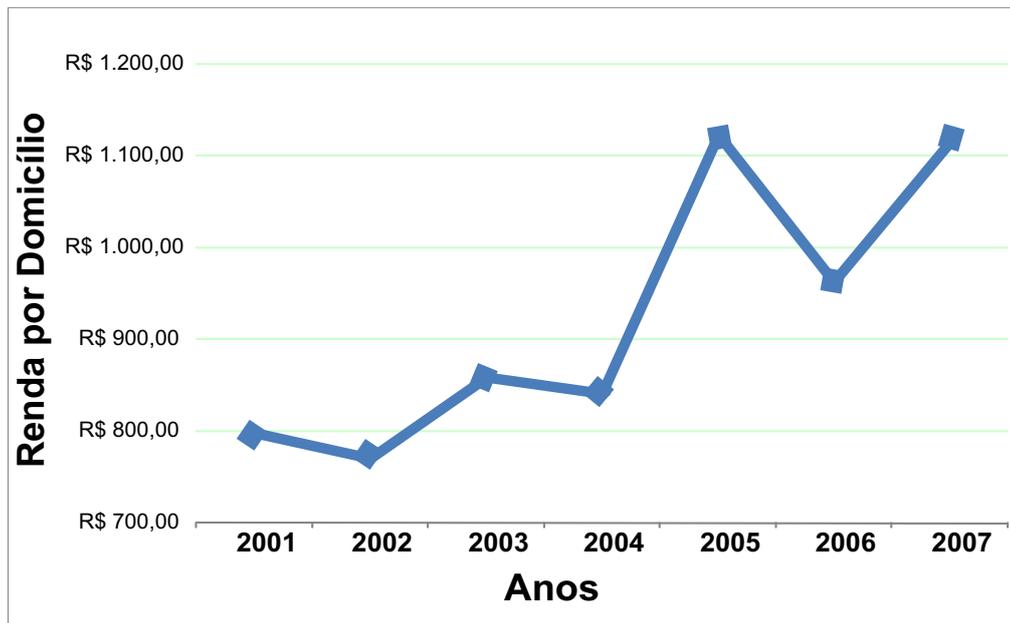
Fonte: Fundação Getúlio Vargas

**Gráfico 8 - Renda média por domicílios urbanos (em R\$ de 2007)**



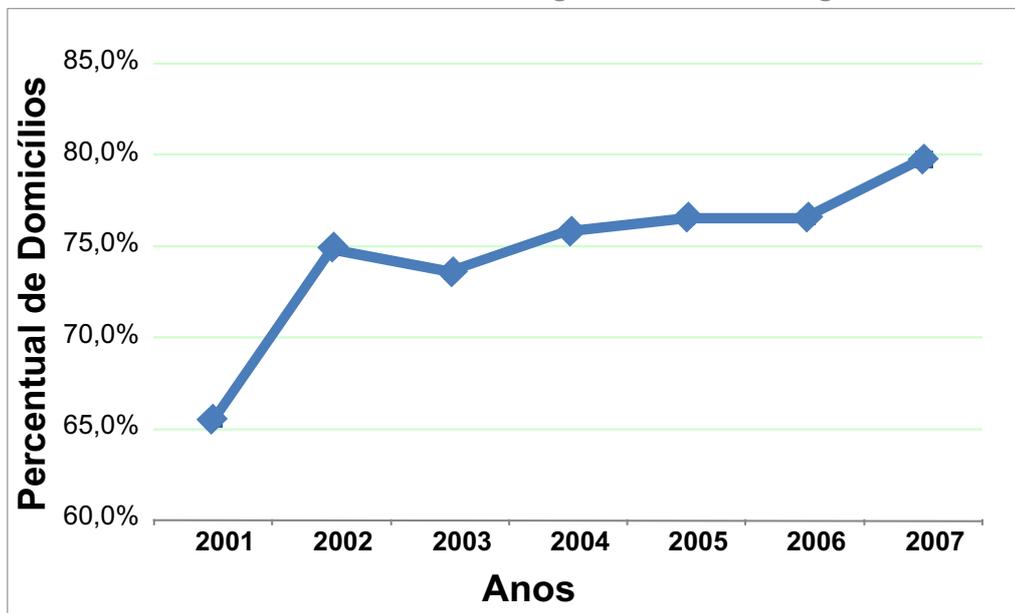
Fonte: Fundação Getúlio Vargas

**Gráfico 9 - Renda média por domicílios rurais (em R\$ de 2007)**



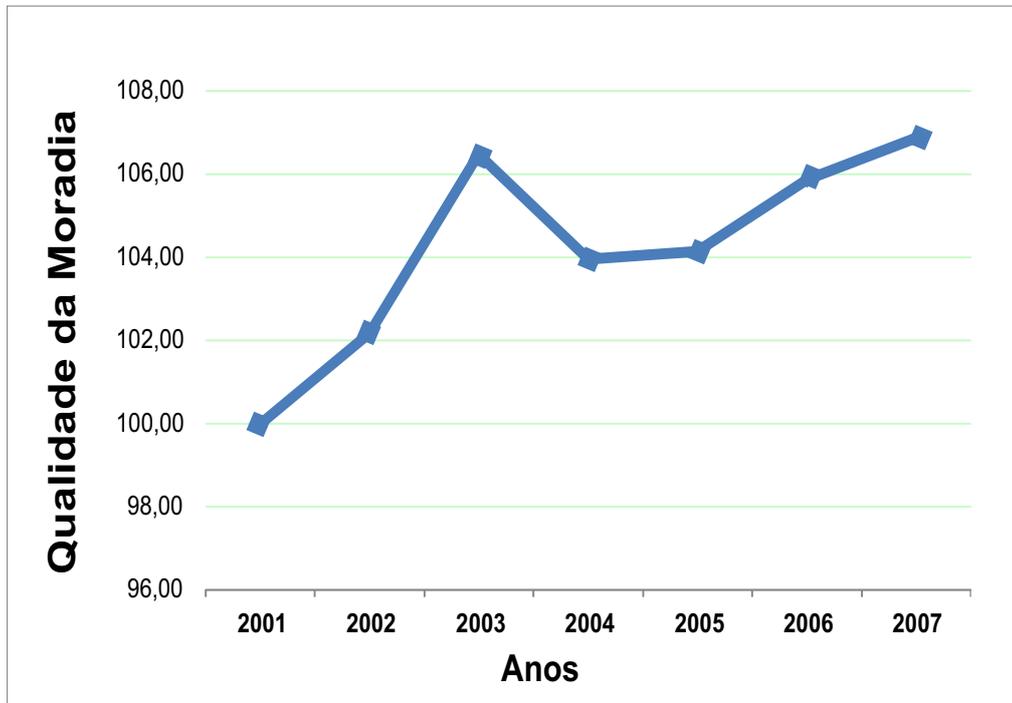
Fonte: Fundação Getúlio Vargas

**Gráfico 10 - Percentual de domicílios ligados à rede de esgoto**



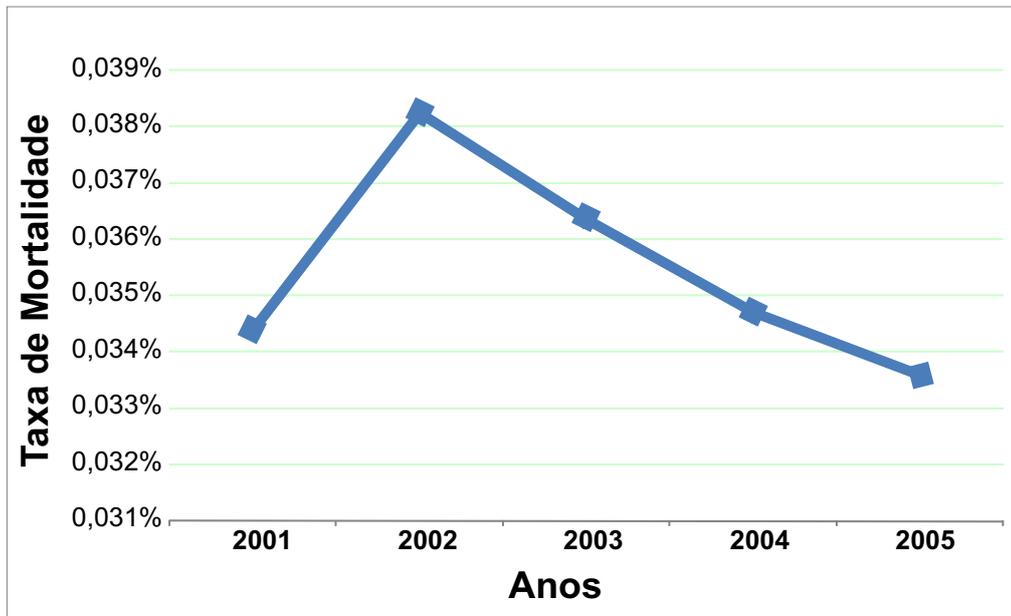
Fonte: Fundação Getúlio Vargas

**Gráfico 11 - Moradia**



Fonte: Fundação Getúlio Vargas

**Gráfico 12 - Mortalidade Juvenil**



Fonte: Fundação Getúlio Vargas

#### 4. Conclusões Preliminares

A análise dos resultados preliminares do estudo realizado pela FGV-Projetos e que redundou na criação do Indicador do Desenvolvimento Sócioeconômico dos Estados brasileiros, permite algumas conclusões preliminares, apresentadas ao longo desta Nota Técnica.

- No período em análise o Espírito Santo saiu de um IDSE de 61 pontos em 2001 e alcançou 87,20 pontos em 2007. Passou, portanto, do grupo de estados de médio para o grupo de alto desenvolvimento socioeconômico, o que ocorreu a partir do ano de 2004. Em 2007, o Estado figurou na 8ª posição no ranking nacional do indicador.
- A correlação média no painel de estados brasileiros entre renda domiciliar média e o IDSE sugere que o ES, GO<sup>2</sup> e MG possuem um diferencial nos seus modelos de desenvolvimento capaz de aferir resultados socioeconômico relativamente melhores àqueles compatíveis com a sua renda domiciliar média, segundo os padrões nacionais.
- Entre 2001 e 2007 o IDSE-ES cresceu 43%, compatível com a média de 6,1% ao ano, ante 3% em média no Sudeste e 3,4% em média no Sul.
- O Espírito Santo conquistou o primeiro lugar em performance, ou seja, foi o Estado que mais melhorou no IDSE, no grupo dos estados de alto desenvolvimento. Em conformidade com a metodologia proposta pelo Indicador, o Estado conquistou a quinta posição no ranking nacional de performance para o período 2001 a 2007. Todos os quatro primeiros colocados, contudo, situam-se no grupo de baixo desenvolvimento, ou seja, possuíam um largo espaço para melhorar sua performance ao longo do tempo.
- O crescimento da renda e do emprego foi o que mais explicou a melhor performance do desenvolvimento do Estado no período. É possível, portanto, inferir o grau de importância do crescimento econômico no alcance do nível de alto desenvolvimento socioeconômico, ou seja, o indicador revela o caráter fortemente pró-cíclico do desenvolvimento no Espírito Santo.
- O caráter pró-cíclico do desenvolvimento socioeconômico reforça a importância das políticas públicas para assegurar ganhos qualitativos ao processo, quais sejam, redução das desigualdades e melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. São esses ganhos que irão garantir a sustentabilidade do desenvolvimento no longo prazo.

<sup>2</sup> Goiás encontra-se num grupo de médio desenvolvimento sócioeconômico.